

ADAM SMITH E O BRASIL – PERCEPÇÕES E INSTITUCIONALISMO

Gustavo Inácio de Moraes¹

Aline Cristina de Freitas Vian²

Carlos Eduardo de Freitas Vian³

Introdução

Ao longo de sua trajetória, o que denominamos hoje de Ciências Econômicas, foi adquirindo várias facetas, caracterizadas por pressupostos e métodos de análise e de pesquisa diferenciados, o que se convencionou chamar de escolas ou linhas de pensamento.

Desde o nascimento da Escola Neoclássica, as análises e as construções teóricas passaram a ter um caráter cada vez mais economicista, deixando todos os fatores sociais e políticos como elementos externos ou exógenos. Assim, foi ganhando força a visão de que a história econômica e as questões relativas ao pensamento de cada autor não são fatores primordiais para a formação dos economistas. O ensino passa a ser feito através de manuais e resumos, que muitas vezes refletem apenas a visão do autor, sua interpretação sobre os originais que leu.

Assim, podemos afirmar que as obras de muitos economistas, embora citados a todo instante, não foram lidas pela maioria dos economistas e pelos alunos de economia. Lê-se os comentários e os resumos feitos por pesquisadores e professores. Muitas vezes se lê apenas uma obra.

Esta prática faz com que grande parte do conteúdo histórico, ideológico, político e teórico destas obras fique esquecido, embora publicado. Os livros da Série os Economistas enfeitam as prateleiras de muitas salas nas universidades, mas sem serem abertos e lidos. Outra consequência disto é que se privilegia apenas os conceitos e dogmas que se tornaram importantes e parte da formação do main stream economics.

¹ Doutorando em Economia Aplicada na Esalq-USP. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR.

² Economista e Historiadora. Mestranda em História Social pela FFLCH-USP.

³ Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ USP, onde é responsável pelas disciplinas de Formação Econômica do Brasil e História do Pensamento Econômico. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em História da Agricultura e dos Complexos Agroindustriais (GEPHAC) e do Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES). cefvian@esalq.usp.br

Mais recentemente, ressurgiu o interesse pelas questões políticas e sociais, denominadas de institucionais. O institucionalismo ganhou adeptos nas várias escolas de pensamento. Reapareceu o Velho e nasceu o Novo Institucionalismo, com seus pressupostos e conceitos próprios. Mas existem evidências do institucionalismo em autores clássicos, mas que ainda não foram adequadamente tratadas.

O livro “Uma Investigação sobre a natureza e a causa da Riqueza das Nações” é considerado a primeira análise sistemática e estruturada dos modernos princípios econômicos, manifestados desde o Renascimento e da ascensão, inicial, do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial, ainda incipiente quando do lançamento da primeira edição do livro, em 1776.

O livro de Adam Smith, em verdade, consolida uma série de conhecimentos esparsos e expostos de forma primitiva por outros autores, bem como contidos na experiência manufatureira e comercial de agentes econômicos.

Para a posteridade, o livro assinala a primeira visão clássica da economia, quando se destacam a divisão do trabalho, a defesa do livre-comércio e a primeira tentativa de tratamento teórico do valor, fundamentado na idéia de valor-trabalho, conceito que mais tarde foi aperfeiçoado por outros autores.

No corpo da obra, entretanto, Adam Smith discute vários dos problemas e peculiaridades do seu tempo, como a organização social em várias partes do mundo, inclusive nas colônias americanas. Várias referências são feitas, ao longo do livro, a lugares distantes como a China, Índia e, também, ao Brasil.

Neste sentido, a “Riqueza das Nações” é um texto com conteúdo teórico e histórico, sendo uma boa referência de leitura para os interessados em história econômica. Devemos destacar, porém, que há nesta obra a expressão da visão de mundo do autor e não um trabalho com metodologia histórica definida e isenta.

O objetivo do presente artigo é examinar as passagens que fazem referência ao Brasil em “A Riqueza das Nações”. Deste exame emergirá em primeiro lugar a perspectiva smithiana do Brasil, em segundo lugar o tratamento para a relação colonial expresso na obra e, por fim, a visão institucionalista, sobretudo conectada aos aspectos de desenvolvimento econômico, contida na obra de Adam Smith.

Após a presente introdução, na segunda seção discutem-se as prováveis fontes de informação e as referências de leitura de Smith e como tais fontes poderiam ter influenciado sua visão acerca do que se passava em outras partes do mundo. A terceira seção relaciona as citações e passagens sobre o Brasil, contextualizando-as e

apresentando a visão do autor a respeito do que se passava na colônia portuguesa das Américas, confrontando-as, em paralelo, à visão de outros observadores, no tempo e no espaço.

Finalmente, é possível perceber uma visão institucionalista marcante na obra de Smith, objeto de discussão da quarta seção onde se relaciona estas idéias com a moderna teoria institucional que procura explicar as razões do desenvolvimento econômico.

2. A construção da percepção de mundo de Adam Smith

O fato de Adam Smith citar ao longo de “A Riqueza das Nações” o que se passa em lugares distantes da Europa tais como China, Índia, América do Norte e América do Sul, dá-nos uma idéia de que suas fontes de informação e pesquisa eram variadas e seus interesses diversos do meramente econômico.

O prefácio de Edwin Cannan para a obra em análise já localiza as raízes do livro em conferências ministradas na década de 50 do século XVIII. Embora certamente Smith nessas conferências tenha deixado de tecer opiniões sobre lugares distantes, os princípios teóricos e ideológicos que tornariam o livro um sucesso já estavam colocados ali.

Schumpeter (1964) reconhece que as idéias expressas não eram propriamente novas, pois Smith teve influências de outros pensadores, tendo, no entanto destacado a forma da retórica e o cabedal de informações ali contidas. Isto seria o resultado da pesquisa na extensa biblioteca pertencente a Smith, do tempo ao qual o autor se dedicou à finalização da obra em sua cidade natal e por fim aos privilegiados contatos que o mesmo possuía na Inglaterra e na Europa continental, mais especificamente na França, onde morou durante um ano.

O reconhecimento de Smith como intelectual de prestígio já era corrente em 1752, quando assumiu cátedras na Universidade de Glasgow. A publicação de Teoria dos Sentimentos Morais em, 1759, apenas o consagra como um importante intelectual de sua época.

Nesse particular, o fato de que esteve em viagem pela Europa em 1764 apenas permitiu-lhe acumular ainda mais conhecimento das relações econômicas e sociais de lugares distantes aos já adquiridos junto a viajantes e/ou homens de negócios principalmente, nas cidades escocesas de Edimburgo e Glasgow.

O contato com viajantes e comerciantes foi um forte impulso para o avanço do conhecimento e também da diversificação de culturas. Cromer (1993), citado em Sagan (1997), já aponta na Grécia antiga o sucesso da ciência e filosofia como resultado de cinco fatores: (i) de debates públicos na Assembléia; (ii) da emergência de uma economia marítima, portanto não isolada; (iii) difusão da língua por um vasto espaço e de forma homogênea; (iv) literatura ativa e (v) existência de uma classe burguesa interessada em contratar professores para seus filhos. A esses cinco fatores é acrescentada a persistência dessas condições por, pelo menos, um milênio.

Interessante notar que Adam Smith e outros intelectuais, no contexto inglês do século XVIII, vivenciaram todas essas características. O próprio Smith foi membro do Parlamento, assessorou o gabinete oficial, travou contato com marinheiros e comerciantes e foi contratado como professor, além de ter contribuído ativamente para lançamentos editoriais. Não é difícil entender porque a Inglaterra tornou-se, portanto, o centro da revolução industrial, processo contemporâneo a Smith. Mais importante, o ambiente fez com que Smith recolhesse impressões das mais variadas fontes sobre os mais diversos lugares do mundo, independentemente de suas leituras.

Por exemplo, Smith, no livro I, capítulo XI, refere-se ao custo incorrido na pecuária em Buenos Aires citando Ulloa ao discutir a quantidade de trabalho necessária para a produção de carne. Esta fonte⁴, datada de 1748, tem enorme importância já que quase todas as referências à América espanhola surgem dessa obra.

Ganem (2000) comentando o debate acerca da existência de uma ruptura entre as duas principais obras de Smith (“A Teoria dos Sentimentos Morais” e “A Riqueza das Nações”), naquilo que ficou conhecido como *Das Adam Smith Problem*, lembra que há uma certa consolidação da percepção de que se tratam de obras em contínuo, sobretudo nos aspectos que motivam as ações do homem no campo econômico, embora a preocupação da primeira seja essencialmente filosófica e a da segunda mais econômica e histórica.

“A Riqueza das Nações”, como conclusão de uma trajetória, não se abstém da moralidade para tratar os problemas econômicos e, sendo assim, “A Teoria dos Sentimentos Morais”, é uma obra não apenas coerente, mas tão importante quanto

⁴ Reloción histónca del voyage a la America Meridional hecho por orden de Su Magestad para medir algunos grados de meridiano terrestre,y venir por ellos en conocimiento de la verdadera Figura y Magnitud de la Tierra, con otras varias observaciones Astronómicas y Phisicas: Por Don Jorge Juan y Don Antonio de Vlloa.

àquela que será aceita como marco inicial da análise econômica contemporânea. Como ilustração da ligação entre ambas as obras, manifestam-se nelas as influências dos filósofos que o precederam e o influenciaram como Maquiavel, Hobbes, Locke, Mandeville, Montesquieu e, finalmente, o mais importante deles, sob a perspectiva de influência em Smith, Hume. A influência de Hume na construção do comportamento do indivíduo na obra de Smith é ampla e ao que nos interessa, convém observar que o indivíduo de Smith é influenciado pelos desejos da sociedade, na sua busca por estima e consideração: “Assim, para melhorar sua condição e elevar-se acima da multidão, de modo a assegurar a sua estima, o agente persegue os objetos estimados pela multidão e, assim, se identifica com ela” (Fonseca, 1994, p.8).

O papel do estabelecimento de regras e normas morais que guiam o agente em suas relações de mercado está presente em Smith, marcando sua vocação empirista. São essas regras que determinam o caráter que assumirá a mão invisível, posto que esta é o próprio regulador da sociedade. A Teoria da Evolução Cultural, desenhada por Hayek, se alicerçou nos mesmos fundamentos e influências da mão invisível de Smith. Nesta evolução cultural de Hayek normas antropológicas, sejam elas de constrangimento e ou de incentivos, determinam uma interação entre cultura e razão (Ganem, 2006).

A tentativa de construção de modelos de crescimento seguindo a tradição de Adam Smith atribuiu importância aos fatores mensuráveis do processo de acumulação de riquezas e desconsiderou a influência dos fatores sociais e institucionais em geral atribuindo-os como dados ou estáveis. Com efeito, a advertência quanto ao tratamento destes fatores passou-se, frequentemente, despercebida ou tomada como sem importância por muito tempo.

A integração da percepção dos aspectos institucionais, aliás, também demarca o que seria uma fronteira entre abordagens e concepções institucionalistas e neo-institucionalistas, conforme Kerstenetzky (2001). Enquanto os autores afiliados a primeira vertente valorizariam a crítica ao mainstream economics, aqueles afiliados à segunda procuram estabelecer um diálogo metodológico que integre abordagens aparentemente concorrentes, especialmente quanto ao pressuposto da escolha individual e racional. Este é um caminho a ser trilhado e que depende de uma visão metodológica que concilie teoria, história, análise de dados e a aceitação da ideologia dos autores.

3. O Brasil na “Riqueza das Nações”

As primeiras referências ao Brasil que surgem em “A riqueza das Nações” ocorrem no capítulo 11, do livro 1, a respeito do potencial de novos mercados e do comércio de metais preciosos, advindos das Américas, na Europa. Esses metais, segundo nota Smith, seriam os responsáveis pelo fortalecimento dos laços comerciais entre as diferentes regiões do velho continente.

“(…). Também a maior parte das colônias espanholas e portuguesas representam novos mercados. A Nova Granada, o Iucatan, o Paraguai e os Brasis, antes de serem descobertos pelos europeus, eram habitados por nações selvagens, que não possuíam nem artes nem agricultura. Entrementes, todos esses países já evoluíram muito sob este aspecto. (...)” (Livro I, cap. XI, pg. 193-4)

Podemos perceber nesta passagem a expressão da visão de mundo corrente na Europa de que os povos das Américas eram selvagens incultos, incapazes de organizar qualquer tipo de civilização ou mesmo de práticas econômicas. Evidentemente, a história mostra as nações indígenas do Brasil praticavam a agricultura, tinham técnicas construtivas desenvolvidas e fabricavam ferramentas e armas de certa complexidade. Assim, não foram os Europeus os únicos responsáveis pelo desenvolvimento técnico e agrícola destas regiões.

Na segunda passagem referente ao Brasil no capítulo XI, Smith informa a quantidade de metais preciosos enviados à Europa, via receita da Coroa e, também, via contrabando.

“Segundo o eloqüente e às vezes bem informado autor da Philosophical and Political History of the Establishment of the Europeans in the Two Indians (...). Informa-nos também que, se avaliássemos a quantidade de ouro anualmente importada dos Brasis para Lisboa com base na soma total dos impostos pagos ao rei de Portugal – que parece ser 1/5 do metal-padrão – poderíamos avaliá-la em (...) equivalendo mais ou menos a 2 milhões de libras esterlinas. Todavia, considerando o que pode ter entrado de contrabando, diz ele podemos com segurança acrescentar à referida soma 1/8 a mais (...)” (Livro I, Capítulo XI, pg. 197-8)

Efetivamente, o volume de ouro extraído das minas brasileiras foi bastante significativo, outras obras apontam o mesmo que Smith. Segundo Godinho (1953) “dez ou quinze anos de afluxo do ouro brasileiro para Portugal corresponderam a todo o ouro

remetido pela América aos espanhóis no decurso de 150 anos, anteriores a 1660”⁵. E, apesar do grande comércio ilegal, vários efeitos positivos do afluxo de metais puderam ser observados na economia portuguesa como: (i) a dinamização da atividade mercantil externa, colonial e interna; (ii) um incremento da riqueza privada via remessas de recursos dos emigrantes e por efeito da prosperidade econômica e (iii) aumento da disponibilidade de meios de pagamento ao exterior o que permitiu, por exemplo, abdicar de algumas atividades menos rentáveis (que foram substituídas por importações) em proveito do reforço de setores econômicos de maior vocação exportadora.

A terceira referência sobre o Brasil surge no capítulo 5, do livro 2, “Os Diversos Empregos do Capital”. Nesta ocasião a atenção para com o país é maior uma vez que especula sobre a possibilidade do emprego do capital na agricultura ser o motor primordial do impulso econômico. Como as novas colônias do continente americano possuíam dotação quase ilimitada de terras, a prioridade para este setor era, ademais, vantajosa. Assim, para Smith, uma perspectiva positiva para o desenvolvimento econômico brasileiro apresentava-se na medida em que os capitais estariam direcionados exclusivamente para a agricultura. De fato, é possível notar que quase todo capital que ingressou no Brasil até meados do século XIX destinou-se à agricultura ou mineração, mas devemos discutir melhor seus impactos em termos de desenvolvimento econômico.

Posteriormente, em um estágio onde o capital houvesse acumulado suficiente volume, o redirecionamento para atividades manufatureiras poderia ser considerado. Contudo, Smith sempre deixou claro que o capital empregado na agricultura era o que apresentava mais vantagens, visto que teria um multiplicador de renda maior.

Destaca-se ainda que Smith não recomendava a dispersão do capital entre os diversos empregos, agricultura, manufatura ou comércio, sobretudo pela ausência de volume. Deste modo, antecipava o debate e o argumento que alcançou auge no século XX a respeito do crescimento desequilibrado versus crescimento equilibrado, no contexto das novas teorias de desenvolvimento. De outra parte, Veiga (2001) nota que a idéia de que o meio rural, em nossos dias, tenderia a se descolar do processo de desenvolvimento econômico é algo mítico, uma vez que as áreas rurais em países

⁵ Godinho, Vitorino Magalhães. **Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)**. Revista de História nº 15, Ano IV, Julho-Setembro, 1953, p. 82-83.

desenvolvidos são aquelas que demonstram o maior dinamismo econômico, caracterizando um movimento cíclico entre o meio rural e o meio urbano.

No entanto, uma referência explícita ao Brasil só aparece quando discutida a compra de mercadorias pela metrópole a partir de metais das colônias:

“Qualquer que seja a mercadoria estrangeira com a qual se compram os bens estrangeiros para consumo interno, ela não pode acarretar nenhuma diferença essencial, nem quanto à natureza do negócio, nem quanto ao estímulo e sustentação que possa proporcionar à mão-de-obra produtiva do país a partir do qual é feita a operação. Tenham as mercadorias sido compradas com o ouro do Brasil ou com a prata do Peru, esse ouro e essa prata, como o fumo da Virgínia, devem, por sua vez, ter sido comprados com um produto interno do país ou com alguma outra coisa anteriormente comprada com produtos do país.” (Livro II, Cap. V, pg. 314).

A passagem anterior revela que Smith avaliava as relações da metrópole com as colônias sob uma perspectiva inglesa, uma vez que reproduzia o padrão de comércio existente entre as colônias inglesas para as colônias espanholas e portuguesas. Como ficou evidente na segunda passagem do capítulo XI, Smith tinha consciência de que o governo português cobrava impostos numa quantidade razoável de suas colônias e, principalmente, havia contrabando. Desse modo, afirmar que o ouro e a prata disponíveis para o comércio eram resultado de um produto econômico anteriormente comercializado demonstra uma análise viesada do comércio das colônias. Ilustra também que havia uma propensão, por parte do autor, de projetar as condições inglesas para o resto do mundo.

Como identificado por Smith, Portugal submetia suas colônias a várias cobranças de impostos sendo que a arrecadação era feita por meio de contratos ou por forma direta. No século XVII e XVIII, os tributos fundamentais eram o quinto do ouro, o quinto do couro, os dízimos, os meio-direitos dos animais, o contrato de pesca da baleia, o do sal, os rendimentos das passagens, o das obras pias, os direitos dos ofícios, o direito das entradas (alfândegas), as dízimas alfandegárias, as sisas dos escravos, etc⁶. Observa-se que a maioria dos tributos incidia sobre a produção – nas colônias notadamente ligada ao setor agrícola e mineração – e ao comércio (de produtos e de escravos). Mas, apesar da quantidade de tributos existentes, comparativamente com

⁶ Bellotto, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal, in: Silva, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa, volume VIII, Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 284.

outros reinos europeus, Portugal parece ter sido um dos reinos em que a carga fiscal da Coroa era menos efetiva. No primeiro quartel do século XVII era, com Aragão, o menos tributado dos reinos da monarquia católica. E, no final do século XVIII (1795), José Bacellar Chichorro diz o mesmo em relação a todos os reinos europeus, calculando a captação da carga fiscal portuguesa em cerca de 1/10 da holandesa ou da inglesa⁷.

Na sequência, uma nova citação para o Brasil aparece no capítulo 1, livro IV, “O Princípio do Sistema Comercial ou Mercantil”, quando Smith destaca os mecanismos reguladores do mercado de metais preciosos. Nesse particular, chama a atenção o fato de Smith citar Espanha e Portugal como responsáveis pela importação de ouro e prata numa quantia de 6 milhões de libras esterlinas e possuem um nível de atividade econômica incapaz de sustentar o fluxo dessa quantidade de metais, conforme a primeira das citações a seguir.

“Quando a quantidade de ouro e prata importada em um país supera a demanda efetiva, não há vigilância ou controle do Governo que consiga impedir sua exportação. Nem mesmo todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal são capazes de evitar a evasão do ouro e da prata excedentes desses países. As contínuas importações, feitas do Peru e do Brasil, ultrapassam a demanda efetiva da Espanha e Portugal, fazendo com que o preço desses metais naqueles países desça abaixo do vigente nos países vizinhos.” (Livro IV, Cap. I, p. 364)

Dessa última citação também podemos destacar o uso do termo “demanda efetiva”. Embora seja somente a partir de Malthus que há o devido destaque para a demanda efetiva, em oposição à Lei de Say, aceita por Smith e Ricardo, o autor de “A Riqueza das Nações” reconhece a importância da demanda efetiva, especialmente suas implicações no mercado monetário.

“Segundo os melhores cálculos, o total de ouro e prata anualmente importado pela Espanha e Portugal juntos não costuma superar 6 milhões de libras esterlinas, quantia que, em certos anos, mal teria sido suficiente para cobrir quatro meses de despesas da última guerra” (Livro IV, cap. I., pg. 370).

Combinada com a referência anterior é possível deduzir, portanto que a Espanha importava quase o dobro daquilo que Portugal retirava de suas colônias em ouro e prata.

Neste contexto é importante destacar que a economia de Portugal (e a da Espanha) achava-se estruturada em três espaços econômicos distintos – talvez não

⁷ Chichorro, José de Abreu Bacellar. **Memoria Económico-Política da Província de Extremadura (1795)**. Edição de Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: 1943, p.73-75.

totalmente considerados por Smith em sua análise – o metropolitano, o ultramarino e o luso-europeu. Ao contrário de outras economias européias, a economia portuguesa era de base colonial complementada pela atividade econômica metropolitana e seu principal papel era o de fornecedor de gêneros coloniais.

A excessiva dependência do vetor colonial gerou distorções na estruturas econômicas da metrópole: a atividade comercial passou a ser a mais importante em detrimento de outras atividades produtivas e houve um maior desenvolvimento de regiões geográficas ligadas ao setor ultramarino (Lisboa e Porto). Além disso, a necessidade de assegurar mercados para os produtos vindos de além-mar obrigava à concessão de contrapartidas comerciais, ou seja, uma maior abertura às importações. Esse fato contribuiu para subtrair uma quota importante do mercado consumidor interno à ainda pequena produção nacional.

Nova citação ao Brasil aparece no capítulo 3, do livro IV, “Restrições Extraordinárias à Importação...”, comentando as vantagens e desvantagens oriundas do comércio exterior. Neste capítulo Smith reduz a importância da balança comercial como indicador de desenvolvimento para uma nação. Embora reconheça a importância de uma política que se oriente por exportar o máximo e importar o mínimo de mercadorias, o interesse principal da política nacional concentrar-se-ia na balança de produção e consumo, a qual as atenções deveriam ser direcionadas, ainda que a balança comercial fosse desfavorável. Outro ponto destacado é a importância de países vizinhos serem fortes economicamente, fortalecendo o desenvolvimento nacional através do comércio.

Assim, pode-se inferir que para Smith não se constituiria empecilho para o desenvolvimento econômico brasileiro uma balança comercial desfavorável, mas antes o fato de que os produtos consumidos no Brasil colônia não eram gerados internamente e, mais importante, os capitais não eram reaplicados na atividade final do processo econômico nacional.

“Sem dúvida, seria mais vantajoso para a Inglaterra se ela pudesse comprar os vinhos da França com suas próprias ferragens e tecidos grosseiros do que com o fumo da Virgínia ou com o ouro e prata do Brasil e Peru. Um comércio exterior direto de bens de consumo sempre traz vantagem maior do que um comércio indireto.” (Livro IV, Cap. 3, p. 407)

O Brasil é notado novamente no capítulo 6, livro IV, “Os Tratados Comerciais”, naquela passagem que provavelmente é a mais famosa do livro a respeito do país. Neste momento, Smith constrói uma crítica ao Tratado de Methuen, argumentando que

quando se estabelecem vias de comércio não naturais perde-se eficiência, empregando-se uma maior quantidade de capitais e mão-de-obra, que de outra forma resultariam em produto semelhante. Smith denomina tais acordos como comércio indireto e aponta as desvantagens óbvias da comercialização em estrutura de monopólio para os consumidores.

“Não obstante isso, o referido tratado tem sido enaltecido como uma obra-prima da política comercial da Inglaterra. Portugal recebe anualmente do Brasil quantidade de ouro superior àquela que pode utilizar em seu comércio interno, seja em forma de moeda ou de baixelas de ouro e prata. (...). O Sr. Barette foi informado de que o paquete traz à Inglaterra, uma semana por outra, mais de 50 mil libras de ouro. Essa soma provavelmente foi exagerada. Ela corresponderia provavelmente a mais de 2,6 milhões de libras por ano, o que supera o que o Brasil supostamente fornece.” (Livro IV, Cap. 6, p. 41).

É possível perceber que a soma de metais importados do Brasil apresentada como um limite é coerente com a referência anterior ao total de importações, apresentado no Livro I, capítulo XI.

No capítulo seguinte a este, “As Colônias”, ainda no livro IV, Smith cita o território brasileiro e emite muitos comentários a respeito do Brasil. Consideramos central para os objetivos deste artigo as opiniões ali expressas e vamos comentá-las abaixo.

Informa, inicialmente, ao leitor que, ocorreram, à época da publicação, as primeiras descobertas relevantes de metais preciosos. Para Smith esse é um momento decisivo na trajetória da colônia portuguesa, já que a atenção da metrópole para com a colônia teria crescido enormemente a partir deste evento. A ausência de interesse inicial, atribuída à pequena receita gerada na colônia, foi, na opinião de Smith, um período importante, pois a colônia conseguiu desenvolver-se sem a presença significativa da metrópole. Ressalte-se a expressão “grande e poderosa” associada à colônia portuguesa, determinando definitivamente a visão otimista do Brasil por Smith.

“Os primeiros aventureiros de todas as outras nações européias que tentaram fundar colônias na América estavam animados pelas mesmas visões quiméricas, porém não tiveram o mesmo sucesso. Foi somente mais de cem anos depois do estabelecimento da primeira colônia no Brasil que lá se descobriram minas de prata, ouro ou diamantes” (Livro IV, Cap.7, p.55)

“(...) Entretanto, uma vez que durante longo período de tempo depois da primeira descoberta não se encontraram no Brasil minas de ouro nem de prata, e pelo fato de, em razão disso, ela proporcionar pouca ou nenhuma renda à Coroa, a colônia foi por muito tempo bastante negligenciada; e durante esse tempo de incúria, ela se desenvolveu, tornando-se uma colônia grande e poderosa.” (Livro IV, Cap.7, p.58)

Ademais, destaca corretamente a miscigenação entre portugueses, seus descendentes, índios e negros, formando, talvez, a maior colônia das Américas, com estimados 600 mil habitantes.

Smith, inclusive, atribui a invasão holandesa no Nordeste a um acordo entre Portugal e Holanda para o aproveitamento da região. Desse modo, possivelmente expressa um aspecto pouco notado na historiografia brasileira e que, considerando as fontes de Smith, deveria ser uma versão corrente na Europa durante e após as invasões holandesas.

“Durante o período em que Portugal estava sob o domínio da Espanha, o Brasil foi atacado pelos holandeses, que tomaram posse de sete das quatorze províncias em que estava dividido. Esperavam eles conquistar as outras sete províncias, quando Portugal recuperou sua independência pela elevação ao trono da família Bragança. Então os holandeses, como inimigo dos espanhóis, tornaram-se amigos dos portugueses, que também eram inimigos dos espanhóis. Por isso, concordaram em deixar ao rei de Portugal aquela parte do Brasil que não haviam conquistado, concordando o rei em ceder-lhes a parte que haviam conquistado, como sendo um assunto sobre o qual não valia a pena discutir, com tão bons aliados” (Livro IV, Cap.7, p.58-9)

Portugal tradicionalmente possuía estreita relação comercial com a Inglaterra e com a Holanda pois não tinha uma frota mercante de tamanho suficiente para lidar com o comércio colonial (principalmente de açúcar). Desta forma, durante o século XVI, navios holandeses e ingleses operavam sob licença portuguesa no comércio brasileiro. Com a União Ibérica, em 1580, foram impostos embargos à navegação inglesa e holandesa nas colônias – o que seria um dos fatores que contribuíram para a posterior invasão no nordeste brasileiro. A Espanha possuía um conceito “fechado” de império sendo que a maioria das licenças de comércio passou a ser concedida a comerciantes espanhóis. Mas, a União Ibérica também foi importante para os negócios portugueses já que, paralelamente, comerciantes portugueses de escravos, principalmente cristãos-novos, iniciaram negócios em terras espanholas onde, antes, não possuíam acesso.

Para Smith, contudo o contingente populacional no Brasil era de qualidade produtiva duvidosa. Isso pode ser atestado quando ilustra o fato de que judeus portugueses, vítimas de perseguição no velho continente desembarcaram no Brasil, junto com outros que haviam sido proscritos da sociedade (delinquentes e prostitutas), conduzindo e dando forma aos negócios relacionados à produção da cana-de-açúcar.

“Os judeus portugueses, perseguidos pela inquisição, privados de suas fortunas e banidos para o Brasil, introduziram, pelo seu exemplo, algum tipo de ordem e trabalho entre os delinquentes e prostitutas deportados, que originalmente povoaram aquela colônia, ensinando-lhes a cultura da cana-de-açúcar. Em todas essas diversas ocasiões, não foram a sabedoria e a política dos governos europeus que povoaram e cultivaram a América, mas sua desordem e injustiça.” (Livro IV, Cap. 7, p. 73)

A prática do monopólio de comércio por parte das potências européias junto a suas colônias americanas também é objeto da discussão de Smith. Cita a prática da adoção de uma companhia de comércio exclusiva para a administração do intercâmbio de uma colônia ou região específica, mais uma vez apontando a incoerência das políticas portuguesas para a colônia americana, então sob a administração do Marquês de Pombal. Recursos subtraídos dos judeus e cristãos-novos condenados pela Inquisição juntamente com as contribuições dadas por comerciantes foram essenciais para o estabelecimento das primeiras companhias de comércio em Portugal como, por exemplo, da Companhia Geral do Comércio fundada em 1649.

“Ocasionalmente, essa foi também a política da França, e ultimamente, desde 1755, depois de ter sido abandonada por todas as outras nações por seu caráter absurdo, essa política foi adotada por Portugal, ao menos em relação a duas das principais províncias do Brasil, Pernambuco e Maranhão.” (Livro IV, Cap. 7, p.64)

Por fim, ainda é possível notar que Smith reforça em outra passagem a percepção de que o Brasil era uma colônia poderosa e com grande potencial produtivo.

“A Espanha e Portugal eram países manufatores antes de possuir quaisquer colônias importantes. E no entanto, a partir do momento em que passaram a ter colônias mais ricas e mais férteis do mundo, as duas nações deixaram de ser países manufatores.” (Livro IV, Cap. 7, p. 89)

Mas a indústria não desapareceu nestes países, não surgiu um “deserto” industrial. O setor industrial cresceu e se desenvolveu em Portugal durante os séculos XVII e XVIII. Mas este crescimento não foi suficiente para alterar significativamente a sua posição relativa no conjunto da economia, sendo que continuou a ocupar uma

posição secundária atrás da atividade comercial que se mostrava o setor mais dinâmico desta economia neste período. Autores, como Godinho (1955) e Borges de Macedo (1963), apresentam o desenvolvimento da indústria portuguesa como estando relacionado às flutuações de conjuntura, principalmente do comércio externo. Assim, ocorria um maior crescimento do setor manufatureiro nos períodos de depressão comercial ou de preços. Era um crescimento baseado no exclusivo colonial e no condicionamento “artificial” da concorrência externa, via ações políticas governamentais e que não se sustentariam num contexto de livre comércio – situação que efetivamente se verificou na primeira década do século XIX.

O governo português adotou políticas de incentivo à industrialização principalmente a partir de 1675 com o intuito de reduzir e substituir o volume de importação de produtos manufaturados estrangeiros que geravam alto custo para o reino. Para isso criou uma legislação restritiva do consumo de produtos importados, criou manufaturas, importou técnicos estrangeiros e concedeu privilégios fiscais e de mercado para determinados setores industriais. Mas, a partir de 1690, a recuperação dos preços relativos e o incremento do tráfico colonial associado a novas oportunidades de compensação da balança comercial (via exportações vinícolas e pagamentos em ouro) e ao Tratado de Methuen, levou ao abandono da política de incentivo a industrialização. Tornou-se mais rentável voltar o foco da economia para o comércio internacional de produtos coloniais do que incentivar o desenvolvimento industrial. Nos anos 1760-1770, durante o período pombalino, houve um novo surto industrial que foi considerado parte da reação às novas crises do comércio internacional e ao declínio das receitas em ouro.

Essa última citação abre espaço para a discussão do marco institucional presente na obra de Adam Smith. Finalmente, além disso, a discussão levanta a hipótese de que o próprio marco institucional legado de Portugal e Espanha tenha contribuído para o relativo atraso econômico dos países da América Latina, em especial o Brasil, na medida que se tenha perpetuado. Tentaremos avançar nessa discussão na próxima seção.

4. Smith tinha uma visão Institucionalista do desenvolvimento Brasileiro ?

Dentro de um paradigma institucionalista contemporâneo é possível identificar três linhas mestres: a primeira iniciando-se com Veblen, uma segunda associada à NEI (Nova Economia Institucional) e uma terceira vinculada à idéia de teoria e cultura do processo de crescimento econômico. O paradigma institucionalista, assim sendo, compreenderia o desenvolvimento de uma concepção multidisciplinar e uma crítica à organização e performance das economias de mercado (Conceição, 2002).

O papel das instituições é objeto da abertura do capítulo 1, livro 3, “O progresso Natural da Riqueza”, onde atribui-se às instituições humanas o desvio, positivo ou negativo, sobre o desenvolvimento de uma nação em relação aos ganhos de cultivo. Aqui, mais uma vez, Smith reforça a trajetória natural do desenvolvimento econômico que acompanha a alocação de capitais: agricultura em primeiro lugar, posteriormente manufatura e, por fim, comércio.

O comentário presente no capítulo 9, “Os lucros do capital”, sobre o desenvolvimento da antiga China atesta o pendor institucionalista de Smith. Destacando as potencialidades de solo, clima e localização deste país, manifesta que em outra configuração de leis e instituições a riqueza do país poderia ter sido superior.

Embora Smith (capítulo 7, livro IV) entendesse a posição do Brasil superior, comparativamente, à das colônias inglesas (EUA), sobretudo pela abundância de população, a perspectiva para estas últimas seriam mais promissoras em função das instituições políticas serem melhor adequadas ao desenvolvimento econômico.

“Contudo, não existem colônias cujo progresso tenha sido mais rápido que o das colônias inglesas da América do Norte (...)

A abundância de terra de boa qualidade e a liberdade de conduzir suas atividades a seu próprio modo parecem ser as duas grandes causas da prosperidade de todas as novas colônias. ” (Livro IV, cap. 7, p.61)

Essas instituições políticas superiores manifestavam-se em cinco aspectos centrais da vida política e econômica das colônias. O primeiro aspecto dá-se pela ausência do princípio da primogenitura, que proporciona um maior incentivo ao cultivo da terra e uma distribuição equitativa da mesma em longo prazo. Limite para incorporação de terras ainda sem propriedade por um único possessor, também evitando a concentração das mesmas é um segundo aspecto citado. A existência de um mercado relativamente mais amplo, com possibilidades múltiplas de comercialização, para

mercadorias excedentes seria uma terceira vantagem proporcionada pelas instituições superiores. Uma quarta vantagem assinalada, também derivada da inexistência de exclusividade de comércio, resulta da administração dos “termos de troca” do comércio externo, visto que a pauta poderia sofrer controles internos. Um exemplo citado é o das províncias brasileiras do Maranhão e Pernambuco, que com suas companhias de comércio obrigadas a transacionar com um único país sofriam visíveis desvantagens pois suas pautas eram impostas por esse monopolizador. Finalmente, como última vantagem Smith percebe uma incidência de impostos menores em paralelo a uma mão-de-obra mais produtiva.

O debate acerca de alguns desses pontos como importantes aos determinantes econômicos do Brasil teve rápida acolhida. Já em 1829, no parlamento brasileiro, discutiu-se a abolição tanto da primogenitura, quanto do morgadio, tomando por hipótese que tais normas seriam restritivas á democratização do acesso à terra e estímulo ao desenvolvimento econômico.

Pereira e Pereira (2006) lembram que a proposta de eliminação dessas instituições encontrou um opositor em Visconde de Cairú, curiosamente um dos raros leitores brasileiros de Smith. Vitorioso no objetivo de mantê-las, Cairú associava essas instituições ao próprio substrato da monarquia brasileira, recém-implantada e principal sustentáculo da integridade territorial da ex-colônia portuguesa. A manutenção da primogenitura tradicionalmente garantia a indivisibilidade do patrimônio familiar e sua conservação em determinadas linhas sucessórias – o que podia ser bem interessante tanto para a família contemplada com a terra como, também, para a Coroa.

Aqueles autores citam ainda as observações de Cairú e de Henry Koster minimizando o papel desses princípios como determinantes de qualquer comprometimento do desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente o morgadio. Nesse contexto, a influência do radicalismo da revolução francesa, em oposição à conformação tradicional inglesa, também é citada pelos autores como dominando a articulação política de Cairú e os debates no parlamento.

O Visconde de Cairú, informa-nos Rocha (1993), foi o responsável pela primeira aula de economia política no Brasil, ainda em 1808, não se constituindo, portanto em desconhecimento do argumento negativo de Smith, a defesa daquelas conformações. As posteriores publicações de Cairú e outros autores sobre Economia Política no Brasil baseavam-se na obra de Smith e dirigiam-se aos funcionários da burocracia do governo.

Smith entendia que as políticas da Inglaterra e da França para suas colônias seriam mais flexíveis frente aquelas praticadas por Portugal e Espanha. Adianta um argumento presente na obra de Douglass North e outros autores atuais, onde as boas instituições seriam as anglo-saxãs, necessariamente.

A percepção de que as instituições britânicas seriam superiores às instituições ibéricas é revelada em dois trechos. No primeiro fica explícita a comparação e a superioridade das instituições anglo-saxãs. No segundo trecho selecionado as razões pelas quais Espanha e Portugal têm um mau desempenho como administradores coloniais, na opinião de Smith, são apresentadas. Pode-se notar a importância das boas instituições para o desenvolvimento econômico neste segundo trecho, onde o papel, por exemplo, da execução da justiça é destacado.

“O governo das colônias inglesas é talvez o único que, desde o início do mundo, teve condições de oferecer perfeita segurança aos habitantes de uma província tão distante. Todavia, a administração das colônias francesas sempre tem sido conduzida com maior delicadeza e moderação do que a das colônias espanholas e portuguesas. Essa superioridade de conduta condiz tanto com o caráter da nação francesa como com aquilo que constitui o caráter de cada nação, a natureza de seu governo, o qual, embora arbitrário e violento em comparação com o da Grã-Bretanha, é legal e liberal em comparação com os governos da Espanha e de Portugal.” (Smith, capítulo 7, livro IV)

“Na Espanha e em Portugal, os maus efeitos do monopólio, agravados por outras causas, talvez tenham chegado a pesar quase mais do que os bons efeitos do comércio colonial (...)

As causas parecem ser as seguintes: outros monopólios de vários tipos, a perda do valor do ouro e da prata abaixo do valor que esses metais têm na maioria dos demais países, a exclusão dos mercados externos, com a imposição de taxas inadequadas à importação, e o estreitamento do mercado interno mediante taxas ainda mais inadequadas, incidentes sobre o transporte de mercadorias de uma parte do país para outra; e, acima de todas, a administração irregular e pouco imparcial da justiça, que muitas vezes protege o devedor rico e poderoso da cobrança por parte de seu credor lesado, e que torna a parcela operosa da nação temerosa de preparar mercadorias para o consumo dessas pessoas arrogantes e soberbas, as quais não ousam recusar vender a crédito, embora sem ter certeza alguma de que serão reembolsadas.” (Smith, capítulo 7, livro IV)

Santos e Bianchi (2007) invocam o mesmo trecho e percebem a natureza institucional inegável presente nele. Denotam especial atenção a um comentário de Rosenborg (1960) enfatizando que os resultados do auto-interesse dependem em grande medida das instituições. Os indivíduos estariam confinados a arranjos institucionais que não dependem deles. Isso encontra respaldo em North (1993), onde a sociedade efetivamente impõe limites para a conduta individual. Note que o individual, em algum grau, continua a existir e manifestar-se, mas limitado. Nesse particular, duas definições de instituições destacam este aspecto: a primeira de Neale (1987), para quem instituições são comportamentos regulares e padronizados dos indivíduos na sociedade e idéias e valores que se associem a estas regularidades; a segunda definição de instituições intimamente relacionada é a de Hodgson (1988), que define como a organização social que age através da tradição, dos costumes ou de restrições legais, resultando em padrões de comportamento duráveis e rotineiros.

Em verdade, o contexto de Smith e o de North, separados por dois séculos, são os mesmos. O que se tem é uma liderança do desenvolvimento econômico conduzido por países com formação anglo-saxã, que resulta na aceitação de suas instituições como as mais indicadas. O ambiente institucional capaz de proporcionar segurança de contratos e o aproveitamento entre os agentes é enfatizada na obra de North, que nas palavras de Arbix *et al.* (2001) lembra a sociedade durkheimiana, onde a sociedade precede o indivíduo.

Outro aspecto notado por Smith é a forma como o governo absolutista penetrava nas camadas inferiores da administração colonial. Para ele, os governos de Espanha, Portugal e França ao concederem poderes discricionários aos seus oficiais colaboravam para que o poder fosse exercido de forma violenta nos locais distantes da metrópole (Livro IV, Cap. VII, p. 71).

Sen (1996) lembra que os incentivos institucionais confundem-se com os incentivos econômicos e o mercado, portanto, é influenciado pelo ambiente político. Em especial, A esse respeito, Cerqueira (2000) indica que “a sociedade comercial” necessita do monitoramento e acompanhamento do governo. Afinal, no exercício do seu egoísmo mercadológico cada um dos agentes está sujeito a excessos que podem obstruir o equilíbrio final. Destacando que a filosofia moral é de fato um motivo central no pensamento de Smith, relaciona a “mão invisível” à ação do Estado.

Sen enfatiza os valores democráticos e o respeito aos direitos humanos como propulsores do desenvolvimento econômico. O próprio Sen (1996:5) recorre a Smith

destacando o papel do mercado auto-regulador na ação cooperativa dos agentes e o papel do estado em prover bens públicos como a educação, como exemplos do instrumento de desenvolvimento associados aos valores preconizados.

Esse estado de coisas apontado por Smith relembra a nós a dicotomia weberiana, o conflito entre auto-interesse e bem-estar social. No caso da preservação ou mudança das instituições o conflito pode ser representado, curiosamente, contrário ao sentido da fábula das abelhas, de Mandeville, que causou impressão à Smith. Enquanto nesta última a ação dos agentes individuais, em defesa do seu interesse, maximiza o produto econômico, na primeira preservar ou manter instituições não é uma ação neutra. Mudar ou manter instituições pode representar uma importante vantagem nas relações sociais e econômicas e, em última análise, toda ação política representativa volta-se para esta finalidade. Em consequência, não apenas existiria uma ação voltada para o auto-interesse, mas também para obter uma vantagem em relação aos demais agentes que extrapolaria o campo produtivo. Bush (1987) destaca a presença da parcialidade na mudança das instituições e diferencia tais contrastes entre instituições cerimoniais e instrumentais, inspirado numa construção que remonta a Veblen onde cerimonial remonta a tradição, conforme mencionado em Neale (1987). A mesma diferenciação é notada em North (1993), que as classifica entre caráter re-distributivo e caráter produtivo.

O recente desenvolvimento e crescimento econômico dos países asiáticos lançam novas luzes sobre os modelos de desenvolvimento capazes de conduzir países e/ou povos à riqueza. Da discussão aqui desenvolvida, é possível socorrer-se em Neale (1987) onde a mudança institucional, e como corolário novas trajetórias de evolução ou involução no desenvolvimento econômico, podem ser encontradas primeiro em respostas a novas tecnologias, depois em contatos culturais que reforçam ou adaptam as instituições previamente existentes. North (1993) ainda destaca que mudanças institucionais relacionam-se a mudanças de preços relativos e/ou mudanças de preferências.

O processo de crescimento econômico observado nos países do leste asiático, portanto, não se utilizou dos contatos culturais para modificar o sistema político, mas certamente o contato cultural reorientou a mudança produtiva para um paradigma fordista e de consumo de massa, ou mesmo para o pós-fordismo, ainda que preservando certas singularidades. Como consequência, quando se fala em instituições anglo-saxãs bem sucedidas, podemos limitar o debate ao campo econômico. Crescimento

econômico, por conseguinte, estaria limitado a considerações institucionais que envolvam relações entre os agentes, sendo a orientação e estrutura das instituições políticas não determinantes.

A apresentação de Smith, contudo, nos dá o efeito de que o autor em questão aborda tanto questões políticas, como questões econômicas, preso, por conseguinte, ao mito das instituições anglo-saxãs como propulsoras do desenvolvimento. Entretanto, sua abordagem do papel do Estado, por exemplo, exercendo justiça, transfere-se à vida econômica em toda a “Riqueza das Nações”. Essa visão alcança o auge nos capítulos finais do livro, no livro V, “A Receita do Soberano ou do Estado”, onde é discutido o papel do soberano e das finanças públicas. O segundo dever do soberano, sendo o primeiro cuidar da segurança do estado frente à outras nações, relaciona-se diretamente com o formato das instituições políticas e econômicas, que antes destacamos. Comentando o capítulo sobre “A Receita do Soberano ou do Estado”, Coutinho (2001) nota que a existência de instituições públicas, na visão de Smith, beneficia a sociedade e as atividades comerciais, mas não delimita o que seria um orçamento ótimo.

“O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou da opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa, comporta igualmente gastos cujo montante varia muito, conforme os diferentes períodos da sociedade.” (Livro V, cap. I)

Nordhaus (2006) recupera a discussão sobre como as condições geográficas podem, em última análise, afetar o desenvolvimento econômico e o desenho das instituições. Esse debate cresceu consideravelmente em função da percepção do atraso do continente africano frente ao resto do mundo, mesmo após a descolonização política e o crescente fracasso de iniciativas com ferramentas e conformações ocidentais no continente. Evidente que a predominância da estrutura agrícola, seja medida pelo produto ou pela participação da mão de obra, contribui para a relevância da geografia. Nesse particular, a ausência de ênfase pela teoria macroeconômica do crescimento nos fatores naturais, muitas vezes tratadas como resíduo, contribui para certa irrelevância dos fatores geográficos nas pesquisas empíricas.

Pelo que, também, continua não explicada a razão pela qual as instituições se apresentam débeis ou capturadas no interior das sociedades. Hall e Jones (1999), contudo, localizam exatamente no clima ou na determinação geográfica, via comportamento das sociedades humanas, a justificativa para o desenho das instituições.

Diamond (2004) lista o que seria o conjunto de fatores, que do ponto de vista geográfico, afetariam as trajetórias de desenvolvimento: custos de transporte maiores para rotas terrestres, em prejuízo de regiões localizadas no interior dos continentes; dificuldades em incrementar a produtividade agrícola para regiões com extremos de clima; e, ainda, a difusão de pragas e doenças em espécies animais. Para além dessas constatações é possível observar que países em grande medida dependentes dos recursos naturais são correlacionados com a pobreza e o atraso no desenvolvimento econômico. A competição interna pelo domínio institucional dessas fontes além de proporcionar uma oportunidade para o confronto de interesses promove o mau uso dos recursos, quase sempre exauríveis.

A neutralidade dos fatores geográficos como determinante do desenvolvimento econômico e a ênfase nos aspectos institucionais é apontada por Brunner (1985) que recorda o exemplo da Argentina e seu excelente padrão de vida nas primeiras décadas do século XX e posteriormente observou estagnação, a despeito de todas as suas disponibilidades naturais. Em paralelo, também rejeita a idéia de que as relações de poder derivadas de relações coloniais entre as nações possa ser o determinante da criação de riqueza, antes funcionando para distribuí-la entre grupos de interesse, conforme Adam Smith já havia observado. Conquanto esses fatores não possuam um grau de determinação na trajetória de desenvolvimento econômico, o autor destaca a importância do investimento em capital humano e sua repercussão nos esforços da sociedade, sobretudo ligados à inovação. Como condição última, as condições institucionais prevalentes na sociedade determinarão a magnitude do aproveitamento dessas potencialidades.

5. Comentários finais

Em “A Riqueza das Nações”, Adam Smith inaugura para muitos observadores modernos a análise econômica contemporânea, mas também pode se destacar o caráter institucional e histórico de sua obra..

O objetivo deste artigo era recuperar as passagens, e contextualizá-las, do livro em que se faz referência do Brasil. Como segundo objetivo, inserir estas passagens dentro de um marco institucional que procura entender o atraso relativo do país no processo de desenvolvimento econômico.

Pelas passagens em que o Brasil é citado é possível inferir que Smith percebia a colônia portuguesa como desenvolvida e em boas condições para obter o desenvolvimento econômico, ainda que numa situação inferior às colônias inglesas da América do Norte. A razão principal para a situação inferior comparativamente, segundo outras passagens, residiria na “qualidade” da população que formada por classes distintas daquelas que povoaram o norte do continente americano. Ademais, a formação jurídica e o modo de administração do estado inglês permitiriam que as instituições das colônias inglesas apresentassem melhores condições para o desenvolvimento daquelas em detrimento das colônias portuguesas. Esta visão está em consonância com a de muitos institucionalistas modernos, notadamente Douglass North, que apontam a superioridade das instituições anglo-saxãs.

De resto, Smith contraria a idéia expressa por muitos analistas, mas rechaçada pela maioria destes, de que a geografia tropical prejudicaria a trajetória de desenvolvimento. Como o autor pregava a destinação inicial de todo capital para a agricultura, como estágio inicial e mais eficiente para o alcance do desenvolvimento, a possibilidade de incorporação de terras era um fator considerado essencial para o sucesso das colônias americanas, fossem elas de colonização inglesa ou portuguesa.

Enfim, embora percebesse o Brasil como “poderosa colônia”, muitos dos vícios e virtudes das instituições brasileiras já se faziam presentes a um ouvinte e observador atento, como Adam Smith.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica em: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R.. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal, in: Silva, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. Coleção Nova História da Expansão Portuguesa, volume VIII, Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

BRUNNER, K. **The poverty of nations**. Cato Journal, vol. 5, n. 1, p.37-49, 1985.

BUSH, P.D.. Theory of institucional change. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n.3, p. 1075-1116, 1987.

CERQUEIRA, H.E.A.G.. **Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico**. Belo Horizonte: Texto para Discussão nº 142, UFMG/Cedeplar, 2000.

CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. **Memoria Econômico-Politica da Província de Extremadura (1795)**. Edição de Moses Bensabat Amzalak. Lisboa: 1943.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 228 págs.

COUTINHO, M.C.. Adam Smith on public expenditure and taxation. Belo Horizonte: **Nova Economia**, vol. 11, n.2, p. 11-30, 2001.

DIAMOND, J. The Wealth of Nations. **Nature**, v. 429, n.10, p. 616-7, 2004.

FONSECA, E.G.. **A psicologia do agente econômico em David Hume e Adam Smith**. Conferência proferida no Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, em 13 de maio de 1994. Texto disponível em: www.iea.usp.br/artigos

GANEM, A.. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social. Rio de Janeiro: **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 2, n.4, p. 9-36, 2000.

GANEM, A.. Regras e ordem nas visões de Smith e Hayek. Madrid: **Endoxa**, v.21, p.295-312, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). **Revista de História** nº 15, Ano IV, Julho-Setembro, 1953.

_____. **Prix et monnais au Portugal 1750-1850**. Paris: A. Collin, 1955.

HALL, R.E.; JONES, C.I.. Why do some countries produce so much more output per worker than others? **Quarterly Journal of Economics**, n. 114, p. 83–116, 1999.

HESPANHA, António Manuel (coord.). **O Antigo Regime**. Coleção História de Portugal, volume IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HODGSON, G.M.. **Economics and institutions: A manifesto for a modern institutional economics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

KERSTENETZKY, J.. Um comentário a “Evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura”, de Geoffrey Hodgson. Rio de Janeiro: **Econômica**, vol. 3, n. 1, p.127-134, 2001.

MACEDO, J. Borges de. **Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII**. Lisboa, 1963.

MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a Estrutura Política e Econômica do Império, 1580-1750 in: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina, vol. 1 - América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 1998.

NEALE, W.C.. Institutions. **Journal of Economic Issues**, vol. 21, n.3, p. 1177-1206, 1987.

NORDHAUS, W.D.. Geography and macroeconomics: New data and new findings. **PNAS**, vol. 103, n. 10, p. 3510–3517, 2006.

NORTH, D.C.. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

PEREIRA, J. F.; PEREIRA, L.A.. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José Da Silva Lisboa (1829). São Paulo: **História**, v. 25, n. 2, p. 192-213, 2006.

ROCHA, A.P. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do século XIX. São Paulo: **Revista de Economia Política**, vol. 13, n.4, 1993.

SAGAN, C.. **The demon-haunted world: Science as a candle in the dark**. Ballantine Books, 1997, 480 p..

SANTOS, A.T.L.A.; BIANCHI, A.M.. Além do cânon: Mão invisível, ordem natural e instituições. **Estudos Econômicos**, vol. 37, n.3, p. 635-662, 2007.

SCHUMPETER, J.A.. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SEN, A.. **Development thinking at the beginning of the 21st century**. Washington: Artigo apresentado na conferência “Development Thinking Practice”, do Banco Inter-Americano, 1996.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Economistas", 1983.

VEIGA, J.E.. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol. 15, n.43, 2001.